

"Não gostamos da palavra, mas isto é ocupação. Ter 3,5 milhões de palestinos sob ocupação é ruim para Israel e para os palestinos."

Ariel Sharon, primeiro ministro de Israel, ontem, sobre o plano de paz aprovado pelo seu gabinete, proposto pelos Estados Unidos e apoiado pela ONU, Rússia e UE, que prevê a criação de um Estado palestino em 2005.

Política de serviços

MARCELO
CÔRTEZ
NERI

A política industrial tem voltado a frequentar as rodas de conversa e a agenda de políticas da sociedade. Mas por que não devotar preocupações similares às políticas voltadas ao setor de serviços?

Uns podem argumentar que o setor não gera, por definição, exportações. Por outro, o setor não gera importações e portanto a sua expansão não gera impactos adversos sobre o balanço comercial. Complementarmente, Edward Amadeo chamou-nos a atenção, há alguns anos, que embora a produção de serviços não migre entre países, o capital dos serviços migra. O "efeito-Blockbuster" enfatiza justamente o papel da migração do capital no setor de serviços no balanço de pagamentos.

De toda forma, os serviços assumem destaque como empregador, em particular no segmento pobre onde falhas de mercado norteadoras da ação pública são visíveis a olho nú. Não me refiro à aplicação de políticas verticais que envolvem a escolha de ganhadores, embora numa perspectiva de bem estar social faça sentido o pobre, vez ou outra, sair do papel de eterno perdedor nas escolhas

públicas. Me refiro aqui a políticas mais horizontais que atacam o problema do setor serviços em sua extensão. Por dimensão me refiro tanto a números grandes como a elevada participação do setor na sociedade; como aos números pequenos referentes a baixa produtividade das unidades atuantes neste segmento.

Segundo a tradicional classificação de políticas sociais, as ações compensatórias "dão o peixe" enquanto as estruturais dão "a vara de pescar". Ou seja, transfere-se não a renda per se, mas a capacidade de geração de renda inerente à posse de bem de capital. Já a rede de pesca transcende a vara no sentido de simbolizar um bem capital de natureza comunitária.

O associativismo é exceção no país: 15% dos conta-próprias e nano empregadores urbanos são cooperados. O lucro deste restrito segmento é 141% superior a totalidade do segmento. É difícil estabelecer relações causais, no caso entre grau de cooperativismo e lucratividade dos negócios, pois a adesão a cooperativas cresce dramaticamente com outras variáveis positivamente correlacionadas com lucratividade dos negócios. Por exemplo, o grau de cooperativismo no restrito de analfabetos é de 4,3%. Entretanto, quando comparamos a lucratividade de microempresários com uma vasta gama de características observáveis idênticas, o diferencial de lucratividade entre cooperados e não cooperados é de 18,1%.

O microcrédito tem se destacado no

uso de redes de solidariedade na sua metodologia de operação. O esquema de aval solidário do Grameen Bank, difundido na parte mais pobre do país pelo Banco do Nordeste, hoje é o maior responsável pelo microcrédito nacional. Neste esquema, o empréstimo é concedido para um grupo e se um dos devedores não quita a sua parte, a mesma deve ser honrada pelos demais membros do grupo. Esta metodologia resolve o problema da carência de garantias reais entre produtores pobres, cria sistema de partilha de riscos e constitui uma verdadeira usina de embriões de cooperativas.

Uma primeira proposta é usar esquemas de grupos solidários, não apenas como modalidade alternativa para obtenção de garantias como célula-tronco do capital social. Aproveitaria-se, desta forma, os custos afundados na formação do grupo de crédito para a prestação de outros serviços complementares ao crédito. O objetivo é difundir a cultura do cooperativismo entre os empresários nânicos brasileiros.

O sistema de cooperativismo baseado na formação de grupos solidários permite superar a reduzida escala destes negócios. Por exemplo, um grupo de pequenos pode se unir para contratar serviços de contabilidade ou de informática, para todos. Pode-se pensar na oferta de uma miríade de serviços nas áreas de comercialização, assistência técnica e de formalização. A proposta concreta seria unidades de políticas como por exemplo, o Sebrae utilizar o gru-

po solidário como célula básica para a oferta de seus serviços aos negócios nânicos. Este ganho de escala pode auxiliar no processo de incorporação da clientela pobre. A alta precariedade e a reduzida escala desses negócios dificulta sobremaneira a distribuição de serviços de apoio. É preciso se buscar abordagens sistemáticas que gerem economias de escala e de escopo na prestação desses serviços. O uso de grupos solidários como unidade de atuação pode facilitar este processo.

Uma segunda proposta é usar a estrutura das redes de proteção social (Bolsa-

A política industrial voltou à agenda, mas por que não voltaram à agenda as políticas para o pobre setor de serviços?

escola; Fome Zero etc) como plataforma de acesso aos negócios nânicos. A alta capilaridade destes projetos que atinge chefes de família pobres e informais nos municípios mais pobres do país confere posição privilegiada a estes programas.

Uma possibilidade concreta seria criar um mecanismo de acesso a crédito através dos cartões eletrônicos utilizados para distribuir as bolsas sociais. Uma sugestão é conferir aos beneficiários alguma liberdade de escolha no timing do recebimento de recursos. Como, por exemplo, uma vez

cumpridas as exigências de frequência escolar do bolsa-escola seria permitido alguma antecipação do recebimento dos recursos devido até a próxima verificação.

Esta escolha equivale à opção de uma operação creditícia que não encareceria os custos de provisão destes programas sociais. Na verdade, o nosso ponto é aproveitar em toda a extensão os custos operacionais afundados e as externalidades informacionais emanadas destes programas, o que permitiria inclusive conciliar melhor o dilema entre eficiência versus equidade embutido na implementação de políticas distributivas.

A assimetria de informações aliada à pequena escala de operações das unidades da economia subterrânea configuram espaço para atuação do estado, como regulador. Neste caso de si mesmo. O fato de instituições creditícias públicas deterem precioso acervo de informações operacionais sobre o segmento pobre e informal abre possibilidade de explorar a oferta de serviços de apoio ao setor de serviços. É preciso atentar para que o uso da informação obedeça objetivos sociais maiores, e não apenas aqueles imediatos de cada instituição pública isolada. Tal como no de aval solidário o lema deve ser "um por todos e todos por um".

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br